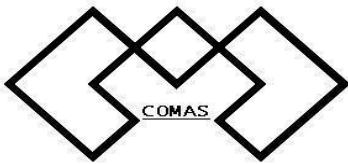
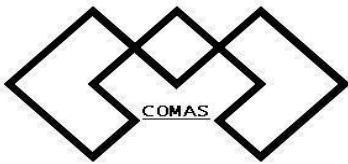




Ata da 133ª (centésima trigésima terceira) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social. Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, na Casa dos Conselhos, situada à Rua Francisco Franco, 133 – Centro – Mogi das Cruzes – neste Estado, a presidente Sr.ª Adriana Ferreira Santos iniciou a reunião do COMAS agradecendo a presença de todos. Os conselheiros Andreia Silveira Gomes Silvério e Bruno Vinicius de Camargo Souza justificaram a ausência. **1. Aprovação das Atas anteriores:** A ata da 132ª reunião, referente ao mês de setembro foi previamente encaminhada a todos os conselheiros, mas não foram apresentadas contribuições, sendo aprovada por todos. **2. Demandas das Comissões: Comissão de Orçamento: Ofício nº 985/2017/SEMAS – Demonstrativo financeiro MDS 2016 (Prestação de Contas anual do governo federal) necessidade de deliberação do colegiado com publicação de Resolução –** A Comissão de Orçamento expôs para os conselheiros a plataforma do SUAS WEB, esclarecendo que o Detalhamento Financeiro foi realizado e preenchido pelo Órgão Gestor, sendo necessária a aprovação pelo COMAS, tendo como prazo o dia 01/11/2017. Foram apresentadas e discutidas todas as questões referentes aos “Serviços e Programas 2016” com o colegiado, que deliberou favorável à aprovação do Demonstrativo, destacando-se os seguintes apontamentos: 1) Desde o início desta gestão foi solicitado a Secretaria Municipal de Assistência Social envio de prestação de contas trimestralmente, sendo esta solicitação reiterada diversas vezes, porém não foi cumprida a deliberação do colegiado. Assim o COMAS tem avaliado anualmente o demonstrativo financeiro com os gastos do IGD e dos serviços de execução direta. Quanto aos valores repassadas as organizações da sociedade civil, os dados de crédito em conta da prefeitura e solicitação de repasses são enviados sistematicamente. 2) Com relação ao relatório de atividades o mesmo foi entregue possibilitando o acompanhamento pelo colegiado. Com relação a execução orçamentária foram enviadas apenas informações quanto ao repasse dos recursos as Organizações da Sociedade Civil, não sendo apresentados relatórios de execução financeira dos serviços de execução direta e IGD, sendo apresentado apenas o relatório para aprovação deste demonstrativo financeiro 3) Todos os serviços ofertados foram prestados sem descontinuidade, apesar dos atrasos ocorridos no início do ano quanto ao recurso Estadual e dos atrasos de recursos da União para alguns serviços. 4) Foram mantidos os serviços já existentes e identificados no Diagnóstico Socioterritorial, entretanto a implantação de novos serviços conforme Estudo de Demandas para os Serviços Socioassistenciais 2016, não foram implantados. Importante destacar que não houve ampliação dos recursos do Estado e União para tal finalidade. 5) As equipes dos serviços de execução direta não estão completas, este conselho já se posicionou quanto a esta demanda junto ao município e governo federal. 6) Tendo em vista a ausência do envio dos relatórios trimestrais com detalhamento dos gastos, a avaliação apenas do demonstrativo anual comprometeu a



análise do colegiado. Foi solicitado ao órgão gestor a descrição dos gastos efetuados, uma vez que no documento apresentado não constava, após solicitação foi enviado novamente o relatório com a descrição solicitada. 7) É importante mencionar que o Ofício nº 984/2017 SEMAS, informa que todas as despesas foram efetuadas conforme cada piso, seguindo as orientações da Portaria 448.2002 em conformidade LOAS, sendo que todas as despesas são auditadas pelo sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de SP. 8) Com relação à Secretária Executiva do COMAS, é importante destacar que desde o início desta gestão o Conselho não dispõe deste profissional. Esta demanda já foi apresentada à Secretaria Municipal de Assistência Social, reiterada por diversas vezes, porém, a deliberação do colegiado não foi acatada, sendo disponibilizado apenas suporte administrativo ao Conselho. Na ocasião do fechamento deste Demonstrativo Financeiro, foi realizada a indicação da profissional que até então respondia apenas pelo suporte administrativo, para assumir a secretaria executiva; ocorre que a situação funcional da mesma não está regularizada (cargo/salário). Em reunião realizada para aprovação deste demonstrativo o conselho deliberou por solicitar a regularização desta situação. Foi deliberado, ainda, que será enviado ofício ao Órgão Gestor com a impressão do Demonstrativo, com as respostas do Conselho para providências, e também será reiterada a solicitação de Prestação de Contas Trimestral com relação parte financeira dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, bem como do monitoramento dos serviços. Importante destacar que o COMAS já reiterou tal solicitação por diversas vezes, tendo inclusive se colocado à disposição para pensar conjuntamente em estratégias e metodologias de modo que possam facilitar a prestação de contas. Tendo em vista a responsabilidade do conselho na aprovação do Demonstrativo Financeiro, o que pode ser evidenciado por meio da análise das questões presentes no referido instrumento, o colegiado deliberou que caso não ocorra o cumprimento da solicitação de prestação e contas, não será possível aprovar o próximo demonstrativo. **Comissão de Critérios Técnicos** – A facilitadora da comissão informou que recebeu processo do TRADEF e encaminhou para arquivo. Foi realizada orientação para inscrição ao GAAR Refúgio. Realizada análise do processo da Associação Maranathá e solicitada visita da Comissão de Fiscalização para encerramento do processo. **Comissão de Fiscalização** – a facilitadora da comissão informou que foi realizada visita à Associação Maranathá e eles estão executando o serviço em conformidade com as alterações solicitadas pela instituição e pelo técnico de monitoramento do Órgão Gestor, ou seja, a Casa Casarejos atende só mulheres e crianças e os homens da família são encaminhados à Casa São João. Em virtude de a alteração já estar em execução, o colegiado deliberou para que seja encaminhado ofício ao Setor de Monitoramento solicitando um balanço de como vem ocorrendo o atendimento da Casa Casarejos e detalhamento de como o público vem sendo atendido, considerando, sobretudo o



público de famílias. A comissão realizará visita às entidades AMEAS - Associação Mogiana de Educação e Ação Social e APAFI - Associação dos Pais e Amigos de Portadores de Fissuras Lábio Palatais, que não tiveram seus planos de trabalho aprovados, para verificação se continuam ou não em atividade. **Comissão de Políticas Públicas** – Finalização do Relatório para audiência pública do COMAS. Foram analisadas as devolutivas das secretarias sobre as demandas da 10ª Conferência de Assistência Social, realizada em 2015, o colegiado deliberou por divulgá-las no site e encaminhar as respostas aos equipamentos da Assistência Social, para devolutiva aos usuários. À Mesa Diretiva, solicitaram contato com a Secretaria de Educação para informações sobre o atendimento em creche e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para detalhes de como ocorre a parceria com a SEMAS, informada no ofício recebido. A planilha com respostas da SEMAS serão enviadas a todos os conselheiros. **Comissão Organizadora da 11ª Conferência de Assistência Social** – Foi publicado no site do Conselho o relatório final da 11ª Conferência de Assistência Social e também no site do CONSEAS. Foram delegados do município na Conferência Estadual, que aconteceu em Águas de Lindóia, o Sr. Vagner, Sr. Roberto, Sr. Carlos Eduardo e Sra. Adriana, mas ainda não saiu o relatório final. Adriana informou que muitas experiências da Conferência Estadual poderão ser utilizadas na próxima conferência municipal. Os delegados relataram que algumas demandas apresentadas surgiram, também, em outros municípios. Na conferência nacional representarão o município, Vagner como representante dos usuários e Carlos Eduardo como representante dos trabalhadores. A DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social e o CONDEMAT – Consórcio de Municípios do Alto Tietê estão organizando a ida dos representantes dos usuários e o Órgão Gestor deverá garantir a participação do representante dos trabalhadores. O COMAS enviará ofício ao Órgão Gestor sobre as providências a serem adotadas de modo a garantir representação na Conferência Nacional. Em relação às deliberações da conferência, as mesmas serão direcionadas à Comissão de Políticas Públicas para sistematização das ações e direcionamento às demais comissões, conforme afinidades, para o devido acompanhamento. As propostas da conferência foram incluídas no Plano Plurianual – PPA. **Comissão Organizadora do Processo de Eleição da Sociedade Civil Gestão 2018-2019:** A Comissão apresentou a devolutiva do processo de eleição de conselheiros da sociedade civil e informou que foi realizada a divulgação dos eleitos no site, a saber: Conselheiros Titulares: Segmento Criança e Adolescente: Ângela Leccese (Irmã Maria Paola) (Associação Missionária do Sagrado Coração), Marina Dias Nogueira (Centro Educacional Jabuti) - Segmento Idoso: Sônia Marta Sachetto (Associação Madre Esperança de Jesus) – Segmento Pessoa com Deficiência: Renata Ana Rui Pinheiro Iartelli (ASETE - Associação Social para Educação e Tratamento dos Excepcionais) – Segmento Pessoa em Situação de Rua: Geraldo Antônio



Marques Guimarães (Associação Maranathá) – Demais Segmentos: Denise Fernanda Evangelista (Associação de Assistência às mulheres, crianças, adolescentes e vítimas de violência – RECOMEÇAR), Simone Aparecida Fernandes (TRADEF - Trabalho de Apoio ao Deficiente) – Representantes de Usuários da Política de Assistência Social: Wagner Souza dos Santos (Associação Maranathá de Mogi das Cruzes), Renata Cazarré Damasceno (Cras Vila Nova União), Representantes dos Trabalhadores: Sidney Antônio Salles (Profissional de Nível Superior - Psicólogo). Conselheiros Suplentes: Segmento Criança e Adolescente: Cyro Bom Ângelo (ABRAC - Associação Beneficente de Renovação e Assistência à Criança), Miriam Magalhães de Oliveira (Associação Beneficente Doce Lar) – Segmento Idoso: Joana D’arc Vieira de Souza Silva (Instituto Pró + Vida São Sebastião) – Segmento Pessoa com Deficiência: Regiane Cristine Paliano Faria de Paula (APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mogi das Cruzes), Representantes dos Usuários: Adriana Rodrigues Nogueira (CRAS Vila Nova União) Representantes dos Trabalhadores: Elaine Cantão Yamane (Profissional de Nível Superior- Assistente Social) . Como não houve candidato eleito para a suplência do Segmento Pessoa em Situação de Rua, o próximo colegiado deverá realizar processo eleitoral para suplência. Os representantes do poder público ainda não foram indicados em sua totalidade. Ao finalizar este processo será necessário o envio da informação ao Órgão Gestor para publicação do Decreto de nomeação e marcação da posse, além de organização de capacitação para os novos conselheiros. **Mesa Diretiva:** A conselheira Marina compareceu à Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual e apresentou as demandas do COMAS para não aprovação da Lei Orçamentária, a saber: 1) Este conselho por diversas vezes apresentou à SEMAS, ao executivo e ao legislativo as demandas da Política de Assistência Social que têm impactado diretamente na oferta e qualidade dos serviços e garantia de direitos dos usuários da Política de Assistência Social; 2) Não houve um reajuste que contemple a convenção coletiva 2017, do sindicato das instituições filantrópicas das categorias recentemente criadas; 3) Não houve previsão para reposição de profissionais e nem novas contratações para ampliação das equipes de execução direta; 4) Não houve previsão para implantação de novos serviços, já sinalizados como prioridade de implantação em 2017- República para Jovens, novo Acolhimento ILPI e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, e tampouco novos serviços previstos para 2018; 5) Tendo em vista as divergências dos valores nas fichas do Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamento para 2018, no que diz respeito ao cofinanciamento das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, em relação ao exercício de 2017, representando um valor menor; 6) Não previsão para implantação do Centro Dia para Pessoa com Deficiência , ou minimamente continuidade de repasse para atendimento da demanda; 7) Possibilidade de execução indireta dos



serviços de acolhimento “Casa da Criança” e provável encerramento das atividades da Associação São Lourenço , bem como a necessidade já sinalizada de implantação de um novo serviço, gerando uma demanda reprimida de “aproximadamente” 70 crianças e adolescentes, não sendo prevista na LOA. Em função da não aprovação, pelo colegiado, da Proposta Orçamentária 2018 apresentada pelo Órgão Gestor, o colegiado deliberou favorável a envio de ofício ao CNAS questionando sobre as implicações para o município. A mesa diretiva informou que a Presidente Adriana representou o Conselho em capacitação sobre o Plano Municipal de Assistência Social PMAS que deverá passar por deliberação do Conselho na reunião ordinária de novembro. Adriana ressaltou que durante o encontro foi destacada a importância de os municípios utilizarem os recursos parados em conta; as informações do Relatório Analítico Semestral, são publicadas no site do MDS, sendo de livre acesso. Foi direcionada à Comissão de Orçamento a análise da situação dos recursos do município. **3. Memorando nº 87/2017 SEMAS – Cópias de Memorandos de informação bancária enviados aos departamentos de Despesa e Orçamento e Contabilidade – Repasse Estadual Setembro/2017, e Memorando nº90/2017 SEMAS – Cópias dos Memorandos de informação bancária enviados aos departamentos de despesas e orçamento e contabilidade – Repasse Federal Julho a setembro e outubro – Encaminhado à Comissão de Orçamento para análise e parecer. 4. Processo nº 39.069/2017 – Solicitação de inscrição Associação JMC Juntos Movimentando Comunidades, Processo nº 41.743/2017 – Solicitação de Inscrição Centro de Recuperação Atrio; Processo nº 41.282/2017 – Solicitação de Inscrição Juventude Cívica Poense JUCIP.** Os Processos serão encaminhado à Comissão de Critérios Técnicos para análise e parecer. **5. Processo nº 29.769/2017 – SEMAS Informações processo de encerramento do serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – Renovação –** Foi apresentado Relatório Informativo pelo Órgão Gestor informando que o serviço encerrará as atividades em abril de 2018, até lá serão realizados desligamentos gradativos dos profissionais e desacolhimento de crianças. A Diretoria de Proteção Especial e a equipe do acolhimento elaborarão um plano de encerramento para evitar prejuízos aos usuários. A partir de agora não serão acolhidos novos usuários na instituição. Os conselheiros ressaltaram a situação crítica dos acolhimentos do município, a superlotação, serviços sendo fechados sem que haja a criação de novos serviços, surgindo questionamentos de como a SEMAS se organizará para absorver esta demanda. Diante da situação, o colegiado deliberou por realizar uma reunião conjunta entre representantes do COMAS, Órgão Gestor e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes tendo como pauta não só a situação dos acolhimentos, mas também a regularização do Marco Regulatório no município e o aditamento dos termos de parceria para 2018. **6. Indicação de Conselheira do COMAS para**



compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz – O colegiado se posicionou favorável à indicação da conselheira Marina para representação do conselho no referido comitê. **7. Processo nº 22.117/2017 SEMAS – informações acerca da não implantação dos novos serviços que estavam previstos para o ano 2016** – O item de pauta não foi discutido nesta reunião, mas será pautado na reunião ordinária do mês de novembro, com a devolutiva do CMI e CMDCA. **8. Devolutivas da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social** – A comissão recebeu as devolutivas das outras secretarias, tendo avaliado as mesmas. **9. Ofício nº 1.072 SEMAS – Proposta de Contrato de Repasse MDS/2017** – A Diretora da Proteção Social Básica, Sra Celeste Xavier informou que a SEMAS está participando de um processo, no Sistema de Convênios do Governo Federal, para seleção de propostas de trabalho para emendas parlamentares. Na primeira etapa foram aprovadas 05 propostas de trabalho do município: ampliação do CRAS Vila Nova União (nº 71.049/2017 – R\$ 250.000,00), ampliação do CRAS Jundiapéba II (nº 71.049/2017 – R\$ 250.000,00), ampliação do Cras Jardim Layr (nº 71.049/2017 – R\$ 250.000,00), construção de CRAS no Jardim Piatã (local pode ser alterado) (nº 71.400/2017 – R\$350.000,00) e construção de Centro Dia da Pessoa com Deficiência (nº 71.319/2017 – R\$597.000,00). Para habilitação para a segunda fase, o município deve apresentar uma série de documentos até 17/11/2017, dentre eles, a resolução com a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. Celeste informou que a proposta de ampliação dos CRAS se deu em virtude de os mesmos não apresentarem estrutura física suficiente para pleno funcionamento, sem salas de atendimento suficientes, apesar de terem sido implantados pelo próprio MDS. É importante ressaltar que a insuficiência de salas de atendimento gera prejuízos ao município no ID CRAS. Ressaltou que no Plano Plurianual aprovado pelo Conselho já estavam previstas as ampliações. Quanto à implantação dos novos equipamentos, justificou que foi sugerido o CRAS no Jardim Piatã pelas dificuldades de acesso dos usuários aos equipamentos públicos, devido à distância; e do Centro Dia da Pessoa com Deficiência pela inexistência de equipamento que execute este serviço tipificado no município, apesar da demanda. O colegiado deliberou favorável à proposta de trabalho apresentada, mas ressaltou a necessidade de informações da SEMAS sobre o andamento do processo, uma vez que muitas deliberações do Conselho não têm devolutiva do órgão Gestor, dificultando as decisões do colegiado. Foi ressaltada a necessidade de que o Órgão Gestor informe como se dará a contrapartida para construção, bem como informações de como será garantida a equipe para os novos equipamentos, considerando as dificuldades existentes em relação a recursos humanos e por se tratar de uma emenda parlamentar, que não prevê continuidade de repasse. Tendo encerrado os assuntos da pauta, a Sr.<sup>a</sup> presidente agradeceu a presença dos conselheiros e visitantes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Livia de Jesus Pereira de Souza, lavrei esta ata que, após lida



e aprovada, será assinada por mim e por todos os presentes. Mogi das Cruzes, 26 de outubro de 2017.

Representantes da Sociedade Civil:

Marina Dias Nogueira - \_\_\_\_\_

Célia Aparecida Pires - \_\_\_\_\_

Kamilla Valverde Araujo - \_\_\_\_\_

Deilma Maria de Carvalho - \_\_\_\_\_

Emília Eiko Ono - \_\_\_\_\_

Denise Fernanda Evangelista - \_\_\_\_\_

Susana Miranda Rocha - \_\_\_\_\_

Representantes do Poder Público:

Auro Malaquias dos Santos - \_\_\_\_\_

Juliana Nascimento de Souza Oliveira Mattos - \_\_\_\_\_

Jair Paulo de Miranda - \_\_\_\_\_

Lílian Lorca Wuo - \_\_\_\_\_

Adriana Ferreira dos Santos - \_\_\_\_\_

Lívia de Jesus Pereira de Souza - \_\_\_\_\_

Edilaine de Oliveira Valery - \_\_\_\_\_